

No. 13728

BRAZIL
and
URUGUAY

**Exchange of notes constituting an agreement on the Joint
Commission for the development of Mirim Lagoon.
Brasília, 20 May 1974**

Authentic texts: Portuguese and Spanish.

Registered by Brazil on 31 December 1974.

BRÉSIL
et
URUGUAY

**Échange de notes constituant un accord relatif à la Commis-
sion mixte pour la mise en valeur de la lagune Mirim.
Brasília, 20 mai 1974**

Textes authentiques : portugais et espagnol.

Enregistré par le Brésil le 31 décembre 1974.

EXCHANGE OF NOTES CONSTITUTING AN AGREEMENT BETWEEN THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE EASTERN REPUBLIC OF URUGUAY ON THE JOINT COMMISSION FOR THE DEVELOPMENT OF MIRIM LAGOON

ÉCHANGE DE NOTES CONSTITUANT UN ACCORD ENTRE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LA RÉPUBLIQUE ORIENTALE DE L'URUGUAY RELATIF À LA COMMISSION MIXTE POUR LA MISE EN VALEUR DE LA LAGUNE MIRIM

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

Em 20 de maio de 1974

DAM-L/DAI/30/241(B46) (B47)

Senhor Embaixador,

Tendo em conta as Declarações Conjuntas formuladas pelos Presidentes da República Federativa do Brasil e da República Oriental do Uruguai, em Brasília, no dia 5 de maio de 1969, e no Chuí, em 11 de maio de 1970, e dando cumprimento às disposições da Ata de Conversações do Rio de Janeiro, de 8 de dezembro de 1961, ao Acordo por troca de Notas de 26 de abril de 1963 e às Notas Complementares trocadas em 5 de agosto de 1965, foi elaborado, pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação — FAO — e recebido por ambos os países, o Relatório Final do Projeto Regional, apresentado em 3 de maio de 1972, tendo sido, a 6 de julho de 1972, firmado, em Porto Alegre, acordo específico, entre os dois Governos interessados e a Organização das Nações Unidas, que aprovou o Plano de Operações do projeto de desenvolvimento da Bacia do Rio Jaguarão.

2. Chegada a essa fase dos trabalhos, parece-me de toda conveniência manter a referida Comissão Mista, conferindo-lhe novas finalidades, condizentes com o atual estágio do aproveitamento da Bacia da Lagoa Mirim, através da realização das obras necessárias ao desenvolvimento da área.

3. Com esse desejo e o propósito de consignar, tal como feito nas trocas de Notas anteriores, as características e atribuições da aludida Comissão Mista, tenho a honra de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que o Governo da República Federativa do Brasil está de pleno acordo com os seguintes pontos:

1. A Comissão Mista Brasileiro-Uruguaia, constituída de acordo com o item 3 do parágrafo 1 das Notas trocadas entre os dois Governos, em 26 de abril de 1963, competirá a supervisão «control» das obras e serviços conjuntos relativos ao desenvolvimento integrado da área da Bacia da Lagoa Mirim.

2. Objetivando concretizar a primeira fase do aludido desenvolvimento, a Comissão Mista implementará os trabalhos referentes ao projeto de desenvolvimento da Bacia do Rio Jaguarão.

¹ Came into force on 20 May 1974 by the exchange of the said notes.

¹ Entré en vigueur le 20 mai 1974 par l'échange des dites notes.

3. Para o cumprimento de seus fins específicos, a Comissão Mista disporá de capacidade jurídica e de autonomia técnico-financeira e administrativa, compatíveis com as respectivas legislações nacionais.

4. Os Governos de ambos os países tomarão as providências necessárias que visem à articulação do plano de desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim com os demais planos de desenvolvimento nacionais, regionais e locais de seus respectivos países.

5. A Comissão Mista deverá providenciar a contratação de pessoal e serviços que considere necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

6. As autoridades competentes de ambos os países outorgarão aos integrantes da Comissão Mista, e aos servidores munidos da carteira de identificação fornecida pela referida Comissão, todas as facilidades administrativas necessárias ou úteis ao bom desempenho de suas funções, tendo em conta a necessidade decorrente da própria natureza dos trabalhos da Comissão, de frequentes cruzamentos da fronteira e de permanência em território do país de que não são nacionais. Iguais facilidades serão concedidas na região fronteiriça ao pessoal a serviço das Nações Unidas e das empresas contratadas.

7. As autoridades competentes de ambos os países concederão todas as facilidades para a livre circulação dos veículos e embarcações a serviço da Comissão Mista, quando utilizados no desempenho de suas atividades.

8. As autoridades competentes de ambos os países concederão, outrossim, todas as facilidades para a livre circulação de equipamentos que a Comissão Mista venha a empregar em suas atividades.

9. A fim de facilitar a execução dos dispositivos dos itens 7 e 8 acima, a Comissão Mista emitirá documento de identificação dos veículos e embarcações a seu serviço.

10. Quando se tratar de cruzamento da fronteira dos equipamentos a que se refere o item 8, os Chefes de Seção, seus substitutos ou os Co-Diretores do Projeto emitirão, em cada caso, autorização para a respectiva movimentação, que especificará todos os dados referentes ao veículo ou embarcação, ao pessoal que os acompanha, e à natureza e destinação dos equipamentos.

11. Os documentos a que se referem os itens 6, 9 e 10 obedecerão a modelos padronizados, aprovados pela Comissão Mista.

12. Anualmente a Comissão Mista submeterá à aprovação de ambos os Governos, por intermédio de suas respectivas Seções, relatório de suas atividades.

13. Cada Seção da Comissão Mista será responsável por suas próprias despesas. A cobertura das despesas que afetem simultaneamente os dois países será regulada pela Comissão Mista.

4. A presente Nota e a de Vossa Excelência, desta mesma data e idêntico teor, constituem Acordo entre nossos Governos, complementar aos atos internacionais acima referidos.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos da minha alta consideração.

ANTONIO FRANCISCO AZEREDO DA SILVEIRA

A Sua Excelência o Senhor Doutor Carlos Manini-Rios
Embaixador da República Oriental do Uruguai

[TRANSLATION]

20 May 1974

DAM-1/DA1/30/241 (B46) (B47)

Sir,

Taking into account the Joint Declarations issued by the Presidents of the Federative Republic of Brazil and the Eastern Republic of Uruguay at Brasília on 5 May 1969 and at Chui on 11 May 1970, and pursuant to the provisions of the Act of Rio de Janeiro of 8 December 1961, the Exchange of notes of 26 April 1963 constituting an Agreement¹ and the Additional Notes exchanged on 5 August 1965, the Final Report of the Regional Project submitted on 3 May 1972 was prepared by the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) and received by both countries, and on 6 July 1972 at Porto Alegre the two Governments concerned and the United Nations signed a special agreement approving the Plan of Operation for the project to develop the Jaguarão River basin.

2. At this stage of the operations, my Government considers it most desirable that the Joint Commission in question be maintained and that it be assigned new functions, appropriate to the current stage of development of the Mirim Lagoon basin, in connexion with the performance of the works required to develop the area.

3. For this purpose and in order to specify, as in earlier exchanges of notes, the nature and powers of the Joint Commission in question, I have the honour to inform you that the Government of the Federative Republic of Brazil² is in full agreement with the following conditions:

1. The Brazilian-Uruguayan Joint Commission established pursuant to paragraph 1 (3) of the notes exchanged between the two

[TRANSLATION]

Le 20 mai 1974

DAM-1/DA1/30/241 (B46) (B47)

Monsieur l'Ambassadeur,

Compte tenu des déclarations conjointes faites par les Présidents de la République fédérative du Brésil et de la République orientale de l'Uruguay à Brasília le 5 mai 1969 et à Chuy le 11 mai 1970, et conformément aux dispositions énoncées dans le procès-verbal des entretiens de Rio de Janeiro du 8 décembre 1961, à celles de l'Accord conclu au moyen d'un échange de notes du 26 avril 1963¹ et des notes complémentaires échangées le 5 août 1965, le rapport final concernant le projet régional a été établi par l'Organisation des Nations Unies pour l'alimentation et l'agriculture (FAO), communiqué aux deux pays, et présenté le 3 mai 1972, un accord ayant été signé le 6 juillet 1972 à Porto Alegre par les deux Gouvernements intéressés et l'Organisation des Nations Unies qui a approuvé le plan d'opérations du projet de développement du bassin du Yaguarón.

2. A ce stade des travaux, mon Gouvernement estime qu'il convient de maintenir en fonctions la Commission mixte en lui conférant de nouvelles responsabilités conformes au développement actuel du bassin de la lagune Mirim et touchant l'exécution des travaux nécessaires pour assurer la mise en valeur de la région.

3. Dans ce but et afin de consigner, comme cela a été le cas lors des échanges de notes antérieurs, les tâches de ladite Commission mixte, j'ai l'honneur de vous faire savoir que le Gouvernement de la République fédérative du Brésil² approuve sans réserve les dispositions ci-après :

1) La Commission mixte Brésil-Uruguay, créée conformément au point 3 du paragraphe 1 des notes échangées par les deux

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 922, p. 259.

² "Eastern Republic of Uruguay" in the letter from Uruguay.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 922, p. 259.

² « République orientale de l'Uruguay » dans la lettre uruguayenne.

Governments on 26 April 1963 shall be responsible for supervising the joint works and services connected with the integrated development of the area of the Mirim Lagoon basin.

2. In order to complete the first phase of that development, the Joint Commission shall carry out the work connected with the project to develop the Jaguarão River basin.

3. In performance of its duties, the Joint Commission shall enjoy legal capacity and technical, financial and administrative autonomy compatible with the national laws of both countries.

4. The Governments of both countries shall take the necessary steps to co-ordinate the plan to develop the Mirim Lagoon basin with other national, regional and local development plans in their respective countries.

5. The Joint Commission shall be responsible for recruiting and contracting whatever personnel and services it may deem necessary for its activities.

6. The competent authorities of both countries shall extend to members of the Joint Commission, and to officials holding identification cards issued by the Commission, any administrative facilities necessary or useful for the proper performance of their duties, bearing in mind the fact that the very nature of the Commission's work demands that they frequently cross the frontier and remain in the territory of the country of which they are not nationals. The same facilities shall be extended in the frontier region to personnel of the United Nations and of the contracting firms.

7. The competent authorities of both countries shall grant all facilities for the free movement of vehicles and vessels used by the Joint Commission in its activities.

8. The competent authorities of both countries shall likewise grant all facilities for the free movement of equipment used by the Joint Commission in its activities.

Gouvernements le 26 avril 1963, supervisera l'exécution des travaux et la fourniture de tous les services visant à assurer la mise en valeur intégrale de la région du bassin de la lagune Mirim.

2) En vue de mener à bien la première phase de cette mise en valeur, la Commission mixte exécutera les travaux concernant le projet de mise en valeur du bassin du Jaguarão.

3) Pour l'accomplissement de ces tâches, la Commission mixte jouira d'une capacité juridique et d'une autonomie technique, financière et administrative compatibles avec les législations nationales respectives.

4) Les Gouvernements des deux pays prendront les mesures voulues pour harmoniser le plan de mise en valeur du bassin de la lagune Mirim avec les autres plans de développement nationaux, régionaux et locaux.

5) La Commission mixte devra engager le personnel et s'assurer les services qu'elle estimera nécessaires à la bonne marche de ses activités.

6) Les autorités compétentes des deux pays accorderont aux membres de la Commission mixte et à son personnel, auxquels celle-ci aura délivré des documents d'identité, toutes les facilités administratives nécessaires ou utiles pour l'accomplissement de leurs fonctions, en tenant compte de la nécessité de fréquents passages de la frontière et de séjours sur le territoire du pays dont ils ne sont pas ressortissants, du fait de la nature des travaux de la Commission mixte. Les mêmes facilités seront accordées dans la région frontalière aux fonctionnaires des Nations Unies et au personnel des entreprises chargées de l'exécution des travaux.

7) Les autorités compétentes des deux pays accorderont toutes les facilités nécessaires en vue de permettre la libre circulation des véhicules et des embarcations utilisés par la Commission mixte dans l'accomplissement de ses fonctions.

8) Les autorités compétentes des deux pays faciliteront également dans toute la mesure possible la libre circulation du matériel dont la Commission mixte sera amenée à faire usage.

9. In order to facilitate the implementation of the provisions of paragraphs 7 and 8 above, the Joint Commission shall issue an identification document for the vehicles and vessels which it uses.

10. Whenever the equipment referred to in paragraph 8 has to cross the frontier, the heads of representative groups, their alternates or the co-directors of the project shall in each case issue an authorization for the transfer in question; the authorization shall give full details regarding the vehicle or vessel, the personnel accompanying it and the nature and destination of the equipment.

11. The documents referred to in paragraphs 6, 9 and 10 shall be drawn up according to models approved by the Joint Commission.

12. The Joint Commission shall each year submit for approval by both Governments, through their respective representative groups, a report on its activities.

13. Each representative group on the Joint Commission shall defray its own expenses. Expenses incurred jointly by both countries shall be defrayed by the Joint Commission.

4. This note and your note of today's date in identical terms shall constitute an Agreement between our Governments and shall supplement the international instruments referred to above.

Accept, Sir, etc.

ANTONIO FRANCISCO AZEREDO
DA SILVEIRA

His Excellency
Dr. Carlos Manini-Ríos
Ambassador of the Eastern Republic
of Uruguay

9) Afin de faciliter l'exécution des dispositions énoncées sous les points 7 et 8, la Commission mixte délivrera des documents d'immatriculation pour les véhicules et embarcations utilisés.

10) Chaque fois que le matériel mentionné au point 8 devra passer la frontière, les chefs de délégation, leurs adjoints et les codirecteurs du projet délivreront à cette fin une autorisation donnant tous les renseignements voulus concernant le véhicule ou l'embarcation, et le personnel qui accompagne ledit matériel, ainsi que la nature et la destination de ce dernier.

11) Les documents visés aux points 6, 9 et 10 devront être établis selon un modèle approuvé par la Commission mixte.

12) La Commission mixte soumettra à l'approbation des deux Gouvernements, par l'intermédiaire de leurs délégations respectives, un rapport annuel d'activité.

13) Chacune des délégations composant la Commission mixte sera responsable de ses dépenses. Le règlement des dépenses incombant conjointement aux deux pays sera déterminé par la Commission mixte.

4. La présente note et la réponse de votre Excellence, datée de ce même jour et de teneur identique, constituent un Accord entre nos deux Gouvernements, complétant les instruments internationaux susmentionnés.

Je saisis cette occasion, etc.

ANTONIO FRANCISCO AZEREDO
DA SILVEIRA

Son Excellence
Monsieur Carlos Manini-Ríos
Ambassadeur de la République orientale
de l'Uruguay

II

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

Brasília, mayo 20 de 1974

Señor Ministro:

Teniendo presente las Declaraciones Conjuntas formuladas por los Presidentes de la República Federativa del Brasil y de la República Oriental del Uruguay en Brasilia, el día 5 de mayo de 1969, y en Chuy, el 11 de mayo de 1970, y dando

cumplimiento a las disposiciones del Acta de las Conversaciones de Río de Janeiro, del 8 de diciembre de 1961, al Acuerdo de intercambio de Notas de 26 de abril de 1963 y las Notas Complementarias intercambiadas el 5 de agosto de 1965, fué elaborado por la Organización de las Naciones Unidas para la Agricultura y la Alimentación — FAO — y recibido por ambos países, el Informe Final del Proyecto Regional, presentado el 3 de mayo de 1972, habiendo sido firmado el 6 de julio de 1972 en Porto Alegre un acuerdo específico entre los dos Gobiernos interesados y la Organización de las Naciones Unidas, que aprobó el Plan de Operaciones del proyecto de desarrollo de la Cuenca del Río Yaguarón.

2. Llegados a esa fase los trabajos, parece a mi Gobierno de toda conveniencia mantener la referida Comisión Mixta, confiriéndole nuevas finalidades, condicionantes con el actual estado de aprovechamiento de la Cuenca de la Laguna Merín, a través de la realización de las obras necesarias al desarrollo del área.

3. Con ese deseo y el propósito de consignar, tal como fué hecho en el intercambio de las Notas anteriores, las características y atribuciones de la aludida Comisión Mixta, tengo el honor de llevar a conocimiento de Vuestra Excelencia que el Gobierno de la República Oriental del Uruguay está de pleno acuerdo con los siguientes puntos:

1. La Comisión Mixta Brasileño-Uruguaya, constituida de acuerdo con el ítem 3.º párrafo 1 de las Notas intercambiadas entre los dos Gobiernos el 26 de abril de 1963, le competirá el control 'supervisão' de las obras y servicios conjuntos relativos al desarrollo integral del área de la Cuenca de la Laguna Merín.

2. Con el objeto de concretar la primera fase del aludido desarrollo, la Comisión Mixta implementará los trabajos referentes al proyecto de desarrollo de la Cuenca del Río Yaguarón.

3. Para el cumplimiento de sus fines específicos, la Comisión Mixta dispondrá de capacidad jurídica y de autonomía técnico-financiera y administrativa, compatibles con las respectivas legislaciones nacionales.

4. Los Gobiernos de ambos países tomarán las providencias necesarias que tengan por fin la articulación del plan de desarrollo de la Cuenca de la Laguna Merín con los demás planes de desarrollo nacionales, regionales y locales de sus respectivos países.

5. La Comisión Mixta deberá tramitar la contratación de personal y servicios que considere necesario para el desarrollo de sus actividades.

6. Las autoridades competentes de ambos países otorgarán a los integrantes de la Comisión y a sus funcionarios munidos de carta de identificación proporcionado por la referida Comisión, todas las facilidades administrativas necesarias o útiles para el buen desempeño de sus funciones, teniendo en cuenta la necesidad, resultante de la propia naturaleza de los trabajos de la Comisión Mixta, de frecuentes cruces de la frontera y de permanencia en territorio del país del que no son nacionales. Iguales facilidades serán concedidas en la región fronteriza al personal al servicio de las Naciones Unidas y de las empresas contratadas.

7. Las autoridades competentes de ambos países concederán todas las facilidades para la libre circulación de vehículos y embarcaciones al servicio de la Comisión Mixta, cuando sean utilizados en el desempeño de sus actividades.

8. Las autoridades competentes de ambos países concederán, asimismo, todas las facilidades para la libre circulación de equipos que la Comisión debe emplear en sus actividades.

9. A fin de facilitar la ejecución de las disposiciones de los ítems 7 y 8, la Comisión Mixta emitirá un documento de identificación de los vehículos y embarcaciones a su servicio.

10. Cuando deban cruzar la frontera los equipos referidos en el ítem 8, los jefes de Delegación, sus sustitutos y los co-directores de proyecto emitirán, en cada caso, la autorización para el respectivo traslado, en la que se especificarán todos los datos referentes al vehículo o embarcación, al personal que los acompaña, y a la naturaleza y destino de los equipos.

11. Los documentos a que se refieren los ítems 6, 9 y 10 obedecerán a un modelo de patrón, aprobado por la Comisión Mixta.

12. Anualmente la Comisión Mixta someterá a aprobación de ambos Gobiernos, por intermedio de sus respectivas Delegaciones, un informe de sus actividades.

13. Cada Delegación de la Comisión Mixta será responsable de sus gastos. La cobertura de los gastos que afecten simultáneamente a los dos países será regulada por la Comisión Mixta.

4. La presente Nota y la de Vuestra Excelencia, de esta misma fecha e idéntico tenor, constituyen Acuerdo entre ambos Gobiernos, complementario de los instrumentos internacionales arriba referidos.»

Aprovecho la oportunidad para reiterar a Su Excelencia el señor Ministro las seguridades de mi más alta consideración.

CARLOS MANINI-RÍOS

A Su Excelencia el Señor Ministro de Relaciones Exteriores
de la República Federal de Brasil
Embajador Antonio Francisco Azeredo da Silveira
Palacio de Itamaraty

[TRANSLATION]

Brasília, 20 May 1974

Sir,

[See note I]

Accept, Sir, etc.

CARLOS MANINI-RÍOS

His Excellency
Ambassador Antonio Francisco
Azeredo da Silveira

Minister for Foreign Affairs
of the Federative Republic of Brazil
Palacio de Itamaraty

[TRANSLATION]

Brasília, le 20 mai 1974

Monsieur l'Ambassadeur,

[Voir note I]

Veillez agréer, etc.

CARLOS MANINI-RÍOS

Son Excellence Monsieur l'Ambassadeur
Antonio Francisco Azeredo
da Silveira

Ministre des affaires étrangères
de la République fédérative du Brésil
Palacio de Itamaraty